

5. Conclusão

Esse é o momento de dedicarmos a formulação de algumas conclusões primárias sobre o tema tratado nessa dissertação. Gostaríamos de pedir ao leitor que levasse essas considerações como o ato de escavar, ou seja, a cada camada cavada se abrirá diante dos olhos do escavador um universo novo, recheado de significados ainda não percebidos até então. E isto, deverá ser visto como um movimento contínuo, em que a cada mundo descoberto se verificará a necessidade de se realizar indagações e novas reflexões, as quais levarão, inevitavelmente, ao encontro com outro novo mundo e assim por diante.

Em síntese, a busca pelo conhecimento é uma tarefa árdua, prazerosa e sem fim. Logo, a primeira conclusão é que esse trabalho acadêmico é o ponto de partida, havendo necessidade da realização de novos estudos e aprofundamentos sobre o assunto, aqui, estudado.

A segunda é que nessa relação entre colonizador e colonizado ou Ocidente e mundo muçulmano respectivamente, podemos perceber como o primeiro falava sobre o segundo, a partir de um discurso literário que estigmatizava o colonizado como o atrasado e o não civilizado e conseqüentemente o colonizador como o moderno e o civilizado.

O problema não era o Ocidente falar e governar o mundo muçulmano, mas sim inferiorizar a(s) cultura(s) ou o(s) modo(s) de perceber, de significar e de se apropriar do mundo que pertenciam à este último, ao ponto de fazê-lo acreditar, que se encontrava em um estado inferior e ainda lhe roubando em parte a dignidade como ser humano, em nome de interesses políticos de dominação e de exploração, exclusivamente, em benefício próprio.

Assim, ao enxergar e diagnosticar essa situação que o mundo muçulmano estava sofrendo, Hassan al Banna e os Irmãos Muçulmanos buscariam a revivência da prática dos princípios islâmicos no interior das sociedades muçulmanas, as quais se encontravam asfixiadas pela secularização e ocidentalização oriundas do colonialismo europeu.

Já que o Islam era visto, por eles, como uma alternativa para fundamentar um modo de conceber e de significar o mundo diferente dos “modelos” ocidentais

até então existentes, que sob a perspectiva dos Irmãos Muçulmanos, esses modelos não eram suficientes para suprir as necessidades materiais e espirituais das sociedades islâmicas.

Nesse sentido, é possível dizermos que *al Ikhwan al Muslimin* (المسلمين الأخوان) criado al Banna, pode ser considerado um movimento reformador islâmico de cunho social e educacional, que surgiu em uma conjuntura que deve ser cuidadosamente estudada e compreendida. Pois não representava um mero “reflexo mecânico” de preocupações sociais e econômicas, mas sim um discurso, o qual expressava as necessidades dos integrantes que compunham essa associação e que ao longo do tempo ganharia autonomia intelectual própria. Ou seja, fatores econômicos, sociais e políticos poderiam estimular o surgimento de movimentos concretos em momentos concretos, porém esses movimentos rapidamente adquiriam uma lógica e uma vida própria, tornando-se autossuficientes.

É importante falarmos, que os Irmãos Muçulmanos influenciarão o surgimento de movimentos ou de grupos políticos e sociais de cunho radical em um momento futuro. No entanto, estes viveriam um contexto diferente do vivenciado pelos Irmãos nos primeiros anos de sua existência, pois eles estavam buscando atender as necessidades de sua época. Logo, cada movimento ou grupo vivia e buscava solucionar os problemas do seu tempo.

A terceira é que Hassan al Banna como intelectual e criador da organização *al Ikhwan al Muslimin* (الأخوان المسلمین) poderia ser considerado um homem contemporâneo do seu tempo, que observou e apontou os problemas políticos e sociais do contexto onde estava inserido, o mundo muçulmano. Um dos principais infortúnios apontados por ele, foi o que o mesmo entendeu como uma crise de consciência, em parte por causa da dominação política e ideológica colonial europeia em relação ao mundo muçulmano, e outra parte por causa do deixar de buscar e de produzir conhecimento dos próprios muçulmanos, em função de divergências e de conflitos de convicções pessoais. Em relação a isto, al Banna, assim com outros reformadores islâmicos anteriores (al Afghani, Muhammad Abduh e Rashid Ridda), propunha soluções que se encontravam no

retorno à leitura e prática das fontes primárias do Islam, o Alcorão e os hadiths, pois estas eram consideradas referências para a conduta do muçulmano no mundo.

Nesse âmbito, é plausível falarmos que houve uma recuperação do conceito de nação, nesse caso, *ummah muslimah* (أمة مسلمة), esta genericamente significava uma única nação muçulmana sem distinções de etnias ou classes, um Estado centralizado e intervencionista que fosse capaz de garantir o cumprimento dos princípios islâmicos, um indivíduo socialmente comprometido, uma justiça social fundamentada numa vigilância progressiva.

Porque a restauração do Estado islâmico (*Dawla islamiyyah* – دولة إسلامية) não ocorreria somente por uma lógica instrumental de etapas (reeducação do indivíduo muçulmano; da família muçulmana; da sociedade muçulmana; do Estado muçulmano e por último da Nação islâmica), mas também, por uma reislamização que pretendia aperfeiçoar a conduta muçulmana, esta era baseada na releitura e prática da tradição islâmica. Isto compunha o objetivo primordial dos Irmãos Muçulmanos, segundo al Banna: “*Deus é nosso objetivo, o Corão é nossa Constituição, o Profeta é nosso líder, a luta é o nosso caminho e a morte por Deus é mais alta de nossas aspirações*”¹²¹.

Hassan al Banna e os Irmãos Muçulmanos acreditavam que o ponto de partida era a implantação de uma reforma nas esferas social, moral e religiosa que pudesse normatizar noções como responsabilidade pública, mudança jurídica, participação popular e reforma educativa, pois o que ameaçava os egípcios (e o mundo muçulmano), não era a dominação política, mas sim a influência cultural do Ocidente, a qual colocava em risco a identidade e a sobrevivência da sociedade muçulmana.

Portanto para eles, era de essencial importância a realização de uma reforma islâmica, entretanto ela deveria ser iniciada primeiramente por uma mudança individual (espírito humano), em seguida uma social/educacional e por último uma política – um processo de reislamização por etapas¹²², ou seja, o

¹²¹ Hassan al Banna Apud. AYUBI, Nazih. *EL Islam político. Teorías, tradición y rupturas*. Ana Herrera (trad). Barcelona: Biblioteca del islam Contemporáneo/Ediciones Bellaterra, 2000, p 188.

¹²² A lógica do método por etapas está relacionada a ideia teológica de Progresso, em que a linha do tempo seria dividida em três períodos: a *Jahiliya* (جاهلية - tempo de ignorância vivida pelas tribos árabes no século VII); o Advento do Islam; e o Juízo Final. E em que a relação da

indivíduo muçulmano, a família muçulmana, a sociedade muçulmana, o Estado muçulmano e por último a Nação islâmica.

Estas eram condições básicas para se implantar um Estado islâmico que exigia em primeiro lugar uma reislamização consciente da sociedade, especialmente do jovem muçulmano, tão influenciada pela cultura ocidental, restabelecendo o equilíbrio entre o Islam e o Ocidente.

É possível concluirmos, então, que al Banna e os Irmãos Muçulmanos acreditavam que solução para essa situação de subjugação vivida pelos muçulmanos encontrava-se no Islam, ou seja, no retorno da prática dos ensinamentos islâmicos. E assim, eliminando esse sentimento de inferioridade vivenciada pelos mesmos em relação ao Ocidente. Tornando possível a formação de indivíduos sadios, autônomos de pensamento, espiritualmente equilibrados e capazes de escolher e agir em prol do povo. Em suma, a composição de uma consciência do bem estar coletivo.

E isto, levaria a um equilíbrio entre o Islam e o Ocidente, especialmente no desejo de modernização do mundo muçulmano orientado por valores islâmicos. Propondo o estabelecimento de organizações e de formas institucionais modernas, atuando em serviços sociais e educativos¹²³. Hassan al Banna e os Irmãos Muçulmanos utilizavam-se da tecnologia e dos meios de comunicação modernos para difundir suas ideias e propósitos. Acreditavam na abrangência do Islam em responder os questionamentos contemporâneos ao propor um caminho para modernidade a partir da aplicação dos valores islâmicos tanto no campo privado quanto coletivo.

Não há dúvidas, que eles lutavam por um Islam de caráter global e ativista. Necessitando-se primeiramente de uma reforma na sociedade egípcia (e no mundo muçulmano) de cunho moral, em que um grupo formado por muçulmanos capacitados que lutariam pelo bem estar da nação muçulmana.

modernidade com a tradição ou o passado histórico estaria na reinterpretação da segunda no presente vivido.

¹²³ Podemos perceber aqui um espaço de negociação e de estratégia, pois os Irmãos Muçulmanos não viam os sistemas ocidentais como inimigos, buscavam um diálogo com eles, por exemplo, o uso da cultura material tecnológica desenvolvida pelos ocidentais na difusão do seu projeto de reforma e educação, mas apenas isto não era suficiente para atender as suas necessidades humanas, há uma lacuna na parte espiritual, por isso recorriam ao Islam.

Isto poderia significar um sistema de partido único que após de completar o processo de independência, em relação a secularização e a ocidentalização da sociedade egípcia (e do mundo muçulmano), estabeleceria os princípios de uma reforma moral interna e os quais surgiriam modelos para uma nova unidade ordenada pelos valores islâmicos. É importante sublinharmos que posteriores detalhes elaborados por al Banna surgiria uma espécie de sistema corporativista inspirado na ética e numa economia moral.

Nesse âmbito, podemos falar que as atividades dos Irmãos Muçulmanos eram bastante diversificadas: construção de mesquitas; escolas, as quais ensinavam a leitura do Alcorão (combatendo o analfabetismo no território egípcio, pois para estarem ensinando os textos corânicos era necessário primeiro ensinar o árabe, a língua do Alcorão); centros médicos; departamentos para homens, mulheres e crianças; associações esportivas e acampamentos para jovens escoteiros (proporcionado preparo físico, caso fosse preciso os membros dos Irmãos lutarem e defenderem sua pátria ou suas pátrias – mundo muçulmano – da dominação colonial estrangeira ou dos próprios governantes irresponsáveis em relação ao bem estar material, intelectual e psicológico-emocional da população); etc.

Logo, como já vimos, se criou uma estrutura ampla de serviços ao povo egípcio, atendendo assim, suas necessidades mais básicas. Também proporcionou ao mesmo acesso a educação, esta não foi apenas formada por disciplinas científicas e humanas, mas também religiosas relacionadas ao ensino dos conteúdos encontrados no Alcorão e nos hadiths. Pois para Hassan al Banna a produção e desenvolvimento de conhecimento eram baseados em três pilares: a ciência, a experiência e tão importante quanto o dois primeiros a revelação islâmica (وحي – *wahyun*), vista como inspiração para o homem relação a conceber, significar e refletir sobre o mundo que o cercava.

É importante ressaltarmos que houve uma possível negociação do modo de conceber e significar o mundo de al Banna com as outros modos – a europeia, árabe e entre outras – tendo, então, reinterpretações, readaptações e resignificações de acordo com o presente vivido.

A quarta conclusão é que a educação proposta na reforma dos corações dos indivíduos de Hassan al Banna eram um investimento de longo prazo com resultados inestimáveis: homens sadios fisicamente, intelectualmente e psicologicamente ou emocionalmente. Além de serem pessoas capazes de pensar por si próprias e se atualizar ou se adaptar de acordo com as necessidades conjunturais. Nesse sentido, seria permissível afirmarmos que no período de al Banna, a organização dos Irmãos Muçulmanos teve um gigantesco sucesso.

A quinta e última conclusão é que o Islam, enquanto princípio básico de projeto de reforma e educação proposta por Hassan al Banna e Irmãos Muçulmanos, foi construído não apenas por mostrar-se em oposição ao colonialismo europeu e mais tarde ao nacionalismo/socialismo árabe. Mas também por sustentar um modo de relacionar a “tradição religiosa” do mundo islâmico com sua própria forma de conceber a modernidade.

Para melhor compreendermos essa relação tradição – modernidade no campo cultural islâmico, torna-se necessário abandonarmos a perspectiva teórica que considerava a tradição e a modernidade como elementos opostos e concorrentes no interior de uma dada cultura. De acordo com Mohammed Abed al Jabri¹²⁴, o pensamento islâmico era dotado de uma dinâmica interna que não se expressava a partir de uma ruptura radical com o antigo, porém sobrevivia por meio das releituras desse passado.

Portanto, a modernidade deveria ser definida pelo seu contato com o passado, construindo métodos e olhares “modernos” da tradição islâmica (توران – *turath*)¹²⁵. Pois al Jabri enfatizava o caráter “historicizável” do conceito modernidade, que sofre diferenças de significados a partir da experiência histórica, a qual se encontrava submetida. Ou seja, não há apenas uma modernidade, mas diversas modernidades, cada qual conforme a experiência histórica vivida¹²⁶.

¹²⁴ Mohammed Abed al Jabri (1935 - 2010), professor da Universidade de Rabat e militante da esquerda marroquina. Al – Jabri é uma das principais figuras da filosofia árabe contemporânea.

¹²⁵ A palavra em língua árabe que significa herança, legado a-histórico e patrimônio cultural.

¹²⁶ Seguindo a lógica de Eric Hobsbawm e Terence Ranger no que chamam de *invenção da tradição*: "Tradições que parecem ser ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas [...] *Tradição inventada* significa um conjunto de práticas [...], de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas; de comportamentos

Nesse sentido, o projeto proposto por Hassan al Banna, a reforma e reeducação dos corações dos indivíduos muçulmanos e assim o renascer das sociedades muçulmanas e conseqüentemente do Estado islâmico, pode ser lido como uma expressão de um pensamento social e mais tarde político marcado por uma relação própria de aproximação entre tradição islâmica e modernidade.

Em que a rebeldia contra a interpretação que depositava sobre o pensamento islâmico o estigma de repúdio aos princípios modernos, permite-nos compreender que al Banna e os Irmãos Muçulmanos puderam desenvolver um projeto de reforma e educação fundamentado numa leitura específica da tradição cultural islâmica, que ao invés de confrontar-se com a modernidade, apenas mantinha um modo distinto de imaginá-la. Que o passado histórico comum à comunidade islâmica serviu e serve de instrumento discursivo para caracterizar seu projeto alternativo à realidade política e social da época.

Portanto a história islâmica transforma-se em referência a ser reinterpretada e aplicada na contemporaneidade, de acordo com as necessidades humanas contemporâneas de cada época, por ter um caráter flexível. E isto dentro da dinâmica islâmica, podemos dizer, é o que há de mais moderno.